

SÃO JOSÉ OU NOSSA SENHORA? LITÍGIO ENTRE AS PROVÍNCIAS DE GOIÁS E MATO GROSSO PELO TERRITÓRIO DE COXIM.

Adilson Rodrigues¹

Resumo: O presente artigo trata-se da região que corresponde ao sertão de Coxim ser motivo de disputas pelas províncias de Goiás e Mato Grosso durante o século 19. Goiás com pretensões de estender seu território para o sul, que facilitaria o desenvolvimento do comércio com o sudeste brasileiro. Nessa ocasião Goiás anexou a região ao seu território, criando a freguesia Nossa Senhora das Dores do Coxim. A reação mato-grossense contribuiu para a fundação do atual município. Com a criação de São José de Herculânea, atual Coxim, consolidava a ocupação da região, cujo fluxo aumentou após a Guerra contra o Paraguai.

Palavras-chave: História; Território; Coxim

Abstract: This article comes from the region corresponding to the backcountry Coxim cause for disputes in the provinces of Goiás and Mato Grosso during the 19th century. Goiás with pretensions to extend its territory to the south, which would facilitate the development of trade with Southeast Brazilian. On this occasion Goiás region annexed to its territory, creating the Nossa Senhora das Dores do Coxim. The Mato Grosso reaction contributed to the foundation of the current council. With the creation of São José de Herculânea, current Coxim, consolidated the occupation of the region, whose flow increased after the war against Paraguay.

Keywords: history; territory; Coxim.

Nas primeiras décadas do século 19, o sul do antigo Mato Grosso começou a ser objeto da cobiça expansionista de sertanistas paulistas e mineiros. A partir da década de 1830 a atividade criatória alcançou a região de Coxim, empreendimento econômico desenvolvido como extensão da ocupação do chamado sertão dos Garcia, pelos migrantes mineiros e paulistas, capitaneados por José Garcia Leal e Joaquim Francisco Lopes. O sertão dos Garcia, formado por homens e mulheres de elite política, por pobres livres, agregados e escravizados, corresponde a atual cidade de Santana de Paranaíba, região leste do Estado de Mato Grosso do Sul.

Os sertanistas José Garcia Leal e Joaquim Francisco Lopes lideraram as primeiras viagens de ocupação e fundação de fazendas na região que corresponde ao espaço denominado sertão dos Garcia. Através da ação dos dois, com “familiares, camaradas e trabalhadores escravizados, conduziram gado, aviamentos e ferramentas, para a empreitada de ocupação e colonização” (CAMARGO, 2010, p. 69). A descoberta de campos viáveis para o desenvolvimento da pecuária, dos permitiu ampla penetração de oriundos das fazendas de Franca e Triângulo Mineiro.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Professor de História do IFMS –campus Coxim. Membro dos Grupos de pesquisa CNPQ: História, Cultura e Sociedade/UFMS e História Social e Agrária no Brasil (GHSAB)/UFGD. CV: <http://lattes.cnpq.br/9118835610785570>.

Para Nelson Werneck Sodré, rebanhos de gado foram introduzidos no sul de Mato Grosso pela região de Paranaíba, quando a penetração estava iniciada: “chegando aos chapadões da região central da província do Mato Grosso e constituindo Coxim em grande pouso obrigatório, novo foco distribuidor, [...] Deve ter sido Coxim a origem da primeira marcha em direção a planície aluvional do Paraguai”. (SODRÉ, 2009, p. 69).

Contudo, tomemos os primeiros passos da ocupação do sertão de Coxim, com a abertura da estrada do Piquiry², logo a implantação de um núcleo populacional nessa região, que sobremaneira deu início ao povoamento e a formação de fazendas na região. No ano de 1838, através da Lei Provincial nº 4, o então Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno elevou a localidade à freguesia. Sua intenção era que o povoado prosperasse, conforme o artigo 9:

O Governo fará estabelecer por conta do Cofre Provincial no lugar juncto a uma das trez Freguezias que melhores circunstancias offereça uma Fazenda de criação de gado vaccum, e cavallar, que irá augmentando a proporção do grão de prosperidade que for promettendo: o serviço della será feito pelos Indios Caiapós, admittindo-se alem delles somente os demais trabalhadores, cujos serviços indispensaveis, não possam ser suppridos por aquelles; e a vista do que a experiencia demonstrar informará a Assembléa Legislativa da Provincia sobre a conveniencia de reproduzir tal estabelecimento. Desta Fazenda vender-se-ha aos que vierem estabelecer-se nos Districtos das ditas Freguezias, e que assim requererem as porções de gado que as forças, della permittirem segundo as occurencias, tendo-se quanto ao preço em vistas a possível equidade, mormente em relação as familias numerosas. (MATO GROSSO, 1838)

A política do governo era de promover a ocupação da região, além de gerar rendas à Província. O aldeamento dos nativos e o incentivo da instalação de estabelecimento para a criação de gado transformou os povos originários em trabalhadores escravizados, e ao submetê-los ao trabalho forçado o governo de Mato Grosso possibilitou o desenvolvimento da atividade criatória na região.

² Optamos pela grafia Taquary e Piquiry com o uso do Y, pois buscamos aproximar da origem etimológica e por ser utilizada em grande parte da documentação consultada. Sobre a Toponímia dos rios Taquary e Piquiry, partilhamos das definições de Visconde de Taunay: Taquary significa Tacoára hy, através da língua Tupi Garani, Tacacoára = Taquarais e hy = água, ou seja Rio dos Taquarais. Piquiry através da língua Tupi, significa picá = pomba, (r) hy = água, ou seja, rio das pombas. Consultar: TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. Scenas de Viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda. Rio de Janeiro: Americana, 1868.

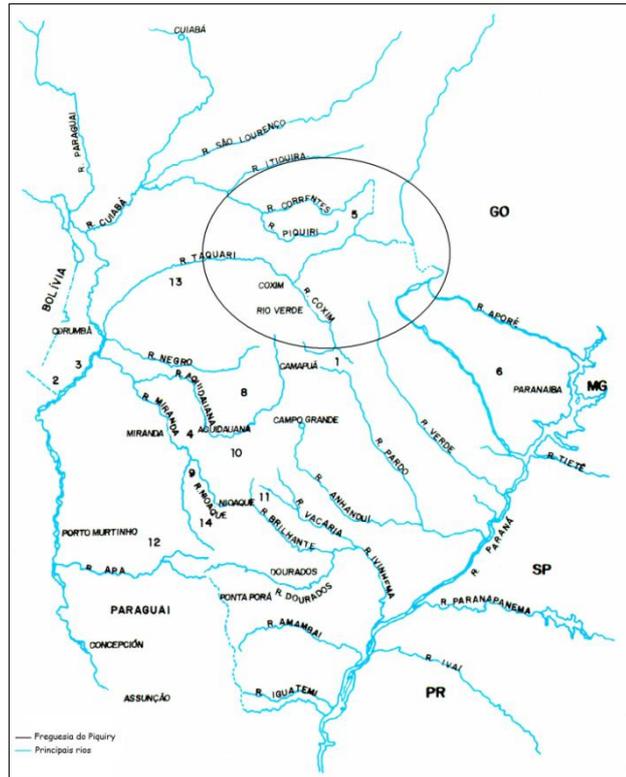


Figura 1: Localização do Destacamento do Piquiry. Material delineado e editado por Adilson Rodrigues Silva. Fonte: MAZZA, Maria Cristina Medeiros. et al. Etnobiologia e Conservação do Bovino Pantaneiro. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Corumbá: 1994, p. 12.

A região em que se localizava o destacamento, conforme a Figura 1, se estendia entre os rios Piquiry (norte), Camapuã (sul), Taquary (oeste) e Sucuriú (leste), já era solicitada pelo governo da província de Mato Grosso a exploração e possibilidade de desenvolvimento. Anterior à Lei de 1838, já havia intenções do governo mato-grossense em estabelecer formas de aproveitamento econômico da região. De uma possível criação de rendas para Mato Grosso, o Presidente da Província, Pimenta Bueno, em 30 de novembro de 1836, sugeriu:

Deverá equivaler, por que faria possível, a uma importante renda a abertura da nova estrada pelo Piquiry à Província de São Paulo: vós conheceis. Senhores, todo o valor e transcendência dessa obra, será pois conveniente levar ao Conhecimento e à Sollicitude do Governo Imperial, e da Assembléia Geral Legislativa o verdadeiro estado da Província o reclamar sua proteção a respeito (BUENO, 1836, p. 16).

A Província necessitava de uma nova rota comercial com a capital do Império (Província do Rio de Janeiro), e com a viabilidade que representava a estrada do Piquiry, seria uma possibilidade de expandir os negócios de Mato Grosso. Sendo assim estabeleceria um intercambio com o restante do Império. Em outro Relatório de Pimenta Bueno, em março de 1837, dirigido a Assembleia Legislativa, evidenciou a intenção do governo mato-grossense:

A Província será por bastante tempo à dependências mercantis da praça do Rio de Janeiro, e em todo o tempo há ocorrência do Pará, que como agora fecharão a navegação assim, e pela curta extensão ao porto de Santos e mais conveniências da estrada do Piquiry, Ella simbolisa por essa face a prosperidade da Província e nutre as suas esperanças (BUENO, 1837, p. 16).

O governo mato-grossense buscava mecanismos para aumentar das relações mercantis com a Corte, sobretudo, por ser o Rio de Janeiro o centro que recebia grandes fluxos de mercadorias no Império. A capital do Império brasileiro passou a ser o principal alvo das exportações mato-grossense, ao mesmo tempo em que ocorria o enfraquecimento da extração do ouro em Mato Grosso. Se por um lado havia a impossibilidade de traslado de mercadorias pelos rios do Pará, por outro, havia dificuldades no trajeto das mesmas pela estrada de Goiás. Foi por esse motivo que Pimenta Bueno esboçou confiança na abertura da estrada do Piquiry. O trajeto iniciava no rio Piquiry, nas proximidades do destacamento, alcançava Santana de Paranaíba e enfim terminava no rio Paraná.

Disputa territorial com a província de Goiás

Durante décadas, principalmente entre 1840 a 1870, os governos de Mato Grosso e Goiás travaram acirrada disputa pelos territórios que compreendem Santana do Paranaíba e Coxim. Os debates no Parlamento reivindicavam posses, sobretudo defesa de limites que separavam os dois estados. Goiás ocupou o território sobre a região do rio Paranaíba, alcançando o Rio Pardo em Camapuã, traçando uma linha que percorria os rios Taquary, Piquiry fechando no Araguaia.

O início do desentendimento entre os dois governos remete-se à própria criação das capitânicas no século 18, contudo a região ainda não apresentava tamanho interesse a ambos. Com a ocupação da região empreendida pelos francano-mineiros e cuiabanos a partir da década de 1830, o espaço ganhou importância, sobretudo os caminhos que levavam à Província de São Paulo, essa localização estratégica da região era um motivo para disputa. No livro “Limites de Goyaz com Matto Grosso” do General F. Raphael de Mello Rego, publicado no ano de 1891, tratou desse assunto em que apresenta os esforços dos governos provinciais em definir uma linha divisória favorável, sobretudo que possibilitasse vias de comunicação para a província de São Paulo. Segundo o trabalho de Rego após a criação das capitânicas de Mato Grosso e Goiás (1748) a disputa por essa região tornou-se frequente. Segundo o autor:

Creadas por cartas régias de 8 de novembro de 174 [sic] e 9 de maio de 1748 as Capitânicas de Goyaz e Matto Grosso em territórios desmembrados de São Paulo, e sendo declarado por provisão do Conselho Ultramarino de 2 de agosto de 1748, que os limites entre esta e de Matto Grosso seriam pelo Rio

Grande (o Paraná) nada, entretanto, foi determinado quanto aos “confins e confrontações” entre os dous novos Governos, “pela pouca notícia que ainda há daquelles sertões”, rezava a mencionada provisão, razão porque “se ordenava ao novo Governador e Capitão-General de Goyaz, que informasse com seu parecer por onde poderia determinar-se mais commoda e naturalmente a divisão” (REGO, 1891, p. 6).

As determinações oriundas do Conselho Ultramarino da Coroa Portuguesa explicitavam qual seria o limite natural entre as duas Capitânicas, mas essa divisão era superficial, não garantia total cobertura de algumas áreas, com isso causava dúvidas de áreas que estavam nos caminhos que ligavam os dois governos. E a primeira manifestação sobre as fronteiras foi de Goiás. O primeiro Governador e Capitão-geral de Goiás, D. Marcos de Noronha, no ano de 1750 buscou determinar as distancias entre as duas Capitânicas, estabelecendo os devidos limites. Conforme a proposta do governo goiano no ano de 1750, da divisão oeste entre as duas Capitânicas teria como limites pelo rio das Mortes com abrangência de limites sobre os rios Taquary, Coxim, Camapuã e Pardo, um avanço sobre as terras que compreendia o sertão de Coxim. Não houve grande polêmica em relação à proposta, o Conselho Ultramarino não se manifestou e o governo mato-grossense só se manifestou em 1760, mas apenas com reivindicações que se devia traçar linhas divisórias entre as duas capitânicas. Anos mais tarde, no relatório do Presidente da Província José Antonio Pimenta Bueno de 1839, o governo voltou a questionar o posicionamento de Goiás. Conforme assinala:

O governo de Goyaz, segundo se collige do relatório por elle apresentado à assembléa provincial daquela província, em julho de 1837, entende que todo o espaço comprehendido pelos vertentes do Araguaya, serra de Santa Martha, margens direita de Parahyba e Paraná, margem esquerda do Rio Pardo e Rio Vermelho até a sua última origem e por uma linha imaginária deste ponto até um dos ramaes do Rio das Mortes, pelo qual seguirá até o Araguaya, pertencente áquella província (PIMENTA BUENO, 1839).

A fixação dessa fronteira determinada pelo governo goiano causou indignação de Pimenta Bueno, que logo desconsiderou o posicionamento goiano, principalmente, se entendesse que nesse período as regiões que passariam a pertencer a Goiás já eram exploradas pelo governo mato-grossense desde as primeiras décadas do século 19, com incentivo para estabelecimento de fazendas de criação de gado de migrantes oriundos do Triângulo Mineiro. Mais adiante em seu relatório Pimenta Bueno demonstrou preocupação com a região ocupada e afirmava a existência de articulação do governo provincial com o poder local:

Vê-se do mencionado relatório que os esclarecimentos ministrados pelo Governo de Goyaz são inexactos, até mesmo quanto à situação do estabelecimento e capella do delegado do Governo desta província de Matto

Grosso, José Garcia Leal, e o número de povoadores que ahi há: parece mesmo haver falta de notícias do estabelecimento do Piquiry e aldeamento que ahi temos (PIMENTA BUENO, 1839).

A essa época (1839) Mato Grosso já havia estabelecido pontos de fronteiras, com a formação de núcleos de povoamento, exemplo disso o destacamento do Piquiry. A postura de Goiás, segundo o Presidente Pimenta Bueno, era infundada com o propósito de avançar sobre esses núcleos já habitados e organizados politicamente. Com a mudança da capital de Vila Bela para Cuiabá, em 1835, em Mato Grosso as vias de comunicações deixaram de priorizar a região amazônica para a região platina. Com a ocupação do sul de Mato Grosso na década de 1830 surgiram diversos povoados como no destacamento do Piquiry e no sertão dos Garcia, que depois tornou-se a freguesia de Santana do Paranaíba. Criou-se vias para o abastecimento da província com o estreitamento de Mato Grosso com São Paulo. Para Carlos Eugênio Nogueira, que estudou as frentes de ocupação nos sertões de Mato Grosso e Goiás, na tese de doutoramento intitulada “Nos Sertões do Poente: conquista e colonização do Brasil Central”, apresentada no ano de 2008, além da mineração que era o impulso da colonização nessa região o incentivo de outros meios produtivos foi constante:

Tais ações teriam objetivos diversos: no Mato Grosso o incentivo ao desenvolvimento da produção agropecuária dava continuidade às ações de sedentarização da população, quer dizer, tinha o intuito de manter os colonos na fronteira, onde eram extremamente necessários; em Goiás, todavia, o grande declínio das minas começa a tornar visível uma vontade de incentivar a diversificação da pauta produtiva (2008, p. 121).

Os objetivos dos governos de Goiás e Mato Grosso eram o bem comum tanto da Metrópole portuguesa, como também já no período imperial brasileiro. A ocupação cresceu nas primeiras décadas do século 19, foi propulsora da formação das fronteiras do Império brasileiro e mecanismo de formação dos povoados no lado oeste do país. As outras atividades econômicas que acompanharam a mineração, e depois tornaram-se as principais ações produtivas, deram impulso na configuração de Mato Grosso no período imperial, sobretudo no sul dessa Província. Motivos das discordâncias com Goiás.

O povoado do Piquiry

Sobre a construção da estrada que ligasse Mato Grosso, sobretudo Cuiabá a São Paulo Hidelbrando Campestrini, em seu livro “Santana do Paranaíba: dos caiapós à atualidade” (1994), ressaltou a realização de um antigo sonho dos governantes mato-grossenses:

Iniciada em 1829, sob as ordens do sargento J. Martins de Carvalho, a estrada tomou rumo do Piquiri (em cujas cabeceiras havia, em 1830, um destacamento militar), com o destino ao rio Paraná, no porto Tabuado, (pouco abaixo da atual cidade de Aparecida do Tabuado) (1994, p. 91)

A instalação de um núcleo populacional desencadeou o apossamento “voluntário” e sob incentivo do governo da província. Desde a promulgação da lei provincial nº 7 de 1835, o presidente da Província Antonio Pedro de Alencastro já determinava a instalação de uma colônia entre os rios Sucuriú, Taquary e Piquiry. Através lei o estabelecimento devia abrigar o agrupamento de índios caiapós, contudo a mesma lei incentivou a colonização dessas terras. Conforme os seguintes artigos da Lei:

Artº. 8º. A jurisdição Policial, conferida no Artigo sexto ao Director, cessará logo que a Colonia e suas immediações contiverem numero de fogos [*casas*] (não compreendidos os dos colonos indigenaes) para ter hum Juiz de Paz.

Artº. 9º. Fica desde já creada huma Parochia na referida Colonia, e o Parocho para ella nomeado vencerá a Congrua de trezentos mil reis, e terá huma Caza de residencia com seu quintal a custa da Fazenda Publica Provincial que passara aos seus sucessores, e ao primeiro se dará em propriedade e a sua escolha hum terreno que todavia não excederá a de huma Sesmaria.

Artº. 10º. Ficão isentos de Disimos, e outros quaesquer Impostos por vinte annos, não só os Colonos, como todos os outros individuos, que se forem estabelecer desde as margens do Piquiri até as do Paraná, na direcção da nova estrada.

Artº. 11º. Todos os Habitantes da Colonia serão sustentados no primeiro anno á custa dos dinheiros publicos para isto destinados, e fornecidos dos instrumentos agrarios, ferramentas, armas, e mais utensis indispensaveis a taes estabelecimentos e da mesma fórma lhes serão ministradas as primeiras Sementes. (MATO GROSSO, 1835).

O referido núcleo populacional idealizado pelo Governo Provincial se constituiu a partir da colônia (essencialmente constituídas colonos indígenas), em cujas imediações ergueram-se as casas dos moradores não índios, paróquia e infraestrutura básica, mantida, inicialmente, pela fazenda pública. No entanto, logo os indígenas rebelaram-se contra os ocupantes brancos do povoado. No Relatório do Presidente da Província Estevão Ribeiro de Rezende, informava a resistência dos indígenas aos moradores e aos viajantes que percorriam a então nova estrada do Piquiry. Segundo Rezende:

Descontentes com a passagem desta última estrada [Piquiry] por hum dos sítios em que tinhaõ alojamento, parece que assentaraõ a desafronta pelas armas, ou ao menos alterar quanto possível, no intuito de evitar a freqüência de viadantes que ella começa a ter, e de conseguir ainda o exclusivo de antigas possessões (REZENDE, 1840).

A presença dos Caiapós por muito tempo inibiu sobremaneira a instalação de moradores brancos na região. Segundo Campestrini os caiapós eram menos resistentes que os coroados (CAMPESTRINI, 1994, p. 94). Daí a criação das freguesias de Santana do

Paranaíba e do Piquiry e a utilização de mecanismos como o aldeamento dos Caiapós como forma de conter as reações dos originários da terra. O núcleo não prosperou como esperava o governo provincial, mas a estrada que ligava Mato Grosso a São Paulo possibilitou o desenvolvimento, sobretudo de Santana de Paranaíba.

Os caminhos abertos pelos irmãos Lopes - Joaquim Francisco e Gabriel Francisco - alcançaram, em 1836, as terras que correspondentes ao Piquiry. Ao adentrar na região, início do mês de julho de 1836, os sertanistas buscavam o caminho aberto anteriormente por J. Martins de Carvalho. Pela descrição de Joaquim Francisco Lopes sobre o local, sobretudo das proximidades dos rios Taquary ou Piquiry, é possível inferir que se tratava de terras ocupadas por Carvalho, senão vejamos:

Sabbado, 23 [julho de 1836], passamos os animais muito cedo marchemos ao Suldueste em Campos feixado e ruins Pastos e procurei humTaboleiro. Topei a trilha, e pique que abrio o Snrº Carvalho, e cortei páos ao atravessar para signal, e procurei huma vertente de hum ribeirão e avistei fogos, respondido aos meus que tinha posto muito perto de mim; gritei e me responderão; busquei ao ribeiro a escapar do fogo, e pouzei; ao depois atraz do fogo me apareceu hum Patrício conhecido da vila de Franca do Imperador, Manoel Pereira; nos fez ver que tinha vindo com o Cabo Fagundes pela trilha do Carvalho e não deo boa informação do que avistou até á Fazenda do Cadete Jerônimo, que tudo era inferior, e mesmo Jaurú abaixo distancia de 12 a 14 legoas que era muito Serradão, assentei procurar Camapoã em rumo do Sul, e o dito Snrº Pereira ajuntou-se em nossa companhia com 2 animais, 1 cargueiro, 1 sella, e mandou 2 Indios seus Camaradas para a Piquiri ao Destacamento donde tinha sahido, 1 por nome Joaquim, e outro Maximiano; eu escrevi ao d.º Cabo do mando regente Jozé Glz', dando-lhe parte dos meus gyrios (LOPES, 1943).

O destacamento do Piquiry possuía poucos moradores brancos, em sua maioria fazendeiros que se estabeleceram em razão do incentivo do Governo provincial. Os memorialistas que escreveram sobre Coxim, sobretudo os primeiros moradores da região dão conta de que Antonio Theodoro de Carvalho pode ter sido aquele que teria levantado a primeira fazenda entre os caminhos entre os rios Piquiry, Taquary e Sucuriú³.

Mas, a existência de um quartel no Piquiry não foi ressaltada pelos memorialistas como fator importante para a abertura do referido caminho. No entanto, isso consta nos relatórios dos Presidentes de Província, com destaque para a instauração de uma força policial para conter a luta dos indígenas em defesa do espaço na medida em que estes acometiam de surpresa a população não índia ali fixada.

³ FERREIRA NETO, João. *Raízes de Coxim*. Campo Grande: EDUFMS, 2004; SILVEIRA, Ronan Garcia da. *História de Coxim*. Campo Grande: Ed. Ruy Barbosa, 1996.

Em 1840, no Relatório do Presidente Estevão Ribeiro de Rezende, ao noticiar sobre a estrada do Piquiry, informou sobre os índios Coroados que frequentemente investiam sobre o povoado formado próximo à estrada.

Através de seu Relatório identificamos a existência de um quartel nessa região como base avançada para conter a reação dos coroados, considerando que a estrada do Piquiry, que ligava Cuiabá a São Paulo, era muito frequentada por viajantes e comerciantes que transitavam entre as províncias com mercadorias.

No Relatório de Ribeiro Rezende de 1840, também consta sua intenção de estabelecer um quartel como mecanismo de marcação de fronteira e como frente de combate aos indígenas. Concretizado o intento presidencial, organizou-se junto ao quartel um núcleo de aldeamento de índios caiapós, que acabou dando suporte ao processo de apossamento de terras empreendido por migrantes oriundos da região do Triângulo Mineiro.

Anterior ao Relatório de Ribeiro Rezende, no ano de 1837, o então presidente José Antonio Pimenta Bueno já se preocupava com a violenta reação dos indígenas. Nesse Relatório Rezende admitia que o sistema de aldeamento fosse algo pouco seguro para os transeuntes e/ou novos ocupantes:

Como o sistema de conservar os índios em aldeas não é seguramente o melhor, antes repellido pela longa experiencia, que o Brasil tem tido, ou por que nunca prosperão, ou por que chegão muitas vezes [...] a fugir todos, quando devera suppor-se, que o decurso de muitos annos os tivessem civilisado (1837, p. 19).

A obra “O Processo Civilizador” (1994) Norbert Elias infere o processo de formação do homem “civilizado” se dá pelo rompimento de hábitos e costumes de grupos isolados, os quais ~~que~~ se entrelaçam com ações e estratégias de outro grupo, de forma amistosa ou hostil.

Desse pressuposto, é possível explicar que a razão de “civilizar” os índios caiapós não passava de uma estratégia de dominação, valendo-se de mecanismos de interação do grupo. A ordem social sofreu mudanças através do entrelaçamento de grupos opostos que gerou a interdependência, cujo efeito coibia a vontade dos nativos.

Os poderes constituídos viam na atração de habitantes para a região como uma saída para a intenção de explorar a região. O aldeamento representava uma “providencia” voltada para “civilizar” os nativos, conforme assinala Pimenta Bueno:

Parece que todas as providências resumem-se na fortuna de achar homens zelosos, que se apliquem com interesse diridido ao trabalho de dar-lhes aquelle grão de civilisação necessário para que elles se desprendão da vida selvagem, cumprindo desde então separal-os para que percão no todo os

costumes bárbaros, que juntos nunca deixão, e sobre indo aproveitar os filhos, que com facilidade recebem nossos hábitos (*Idem*. p. 19-20)

No discurso de Pimenta Bueno, a inserção de “costumes e hábitos civilizados” aos indígenas era uma forma de submetê-los ao domínio do império, mas facilmente apossar de suas terras. Nesse sentido, o “amansamento” de índios rebelados facilitaria o desenvolvimento econômico nas regiões mais longínquas de Cuiabá. Foi com essa lógica que o segmento branco promoveu a utilização dos nativos como força de trabalho e possibilitou a abertura de estradas como vias de comunicação de Mato Grosso com o litoral. A estrada do Piquiry fazia parte desse projeto, como assinala Pimenta Bueno:

O começo da abertura da estrada do Piquiry tem sido para nós, o começo da estrada de povoadores, que de cada vez mais recebemos vindos da Província de Minas Gerais, onde elles não achão as férteis e despovoadas campanhas, que aqui os prendem com vantagem sua e nossa (*Ibidem*. p. 20).

Conceder terras a migrantes oriundos de Minas Gerais, criar mecanismos de apossamentos de terras, oferecer vantagens a esses colonos significaria a segurança e a tranquilidade para Província de Mato Grosso. Para tanto era preciso conter a resistência do índio frente à estrutura de dominação montada na região.

Notícias mais conclusas sobre a população do Piquiry só podemos tirar do “Mapa Estatístico da Província de Mato Grosso” publicado em anexo ao relatório do Presidente Provincial Joaquim José de Oliveira em 1949. No mapa 11 da população de Mato Grosso encontramos: “6 fogos⁴, 19 livres e 5 escravos”. A população era pequena, em comparação com as outras freguesias mencionadas no Quadro nº 1. Também verificamos a inferior quantidade de escravos em relação à população livre.

Quadro nº 1: Mapa da população de Mato Grosso em 1849

Municípios	Freguesias	Fogos	População		
			Livres	Escravos	Total
Cuiabá	Senhor bom Jesus do Cuiabá	1.612	2.846	2.051	5.500
	São Gonçalo de Pedro II	562	1.532	556	2.108
	N. Sra das Brotas	600	1.412	151	1.500
	Santo Antonio do Rio Cuiabá-abaixo	608	2.735	579	3.334
	N. Sra. Do Livramento	663	1.152	1.009	2.221
	Santa Anna da Chapada	350	669	1.551	2.220
	Santa Cruz do Piquiry	6	19	5	24
Mato Grosso	SS. Trindade de Mato Grosso	1.221	2.210	530	2.740
Diamantino	N. Sra. Da conceição do alto Paraguay	879	1.833	1.129	3.012
	Diamantino				
Poconé	N. Sra. Do rosário do rio Cuiabá-acima	502	1.794	376	2.170
	N. Sra. do Rosário de Poconé	525	1.596	1.401	3.000

⁴ A Definição de fogos refere-se a morada, casas.

S. Luiz de Villa-Maria	193	890	246	1.136
N. Sra. da Conceição de Albuquerque	634	1.839	85	1.894
N. Sra. do Carmo de Miranda	192	530	178	708
Santa Anna do Paranahyba	300	800	400	1.200
Soma:	8.697	21.947	10.888	32.833

Figura nº 1: Mapa da População de Mato Grosso em 1849. Extraído do Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Joaquim José de Oliveira de 3 de maio de 1849.

No total de habitantes referido no mapa constam 24 moradores na Freguesia. Contudo ao analisarmos o referido Relatório, encontramos um total de 200 índios caiapós estabelecidos nas cabeceiras dos rios Paranaíba, Paraná e Taquary, ao que tudo indica corresponder aos caiapós que viviam próximos da estrada do Piquiry (OLIVEIRA, 1849, p. 31-32).

Mesmo o número apresentado de indígenas, ou mesmo do número de livres, em muitos relatórios provinciais e nos mapas estatísticos posteriores as informações não se alteram.

No roteiro descrito por José do Espírito Santo Barbosa em 1879 e publicado pela Revista da Sociedade Geografia do Rio de Janeiro em 1891 encontra-se a descrição do Piquiry, ressaltando os poucos moradores que ali habitavam, sobretudo nas fazendas e aldeias indígenas que se estabeleceram próximo da referida estrada do Piquiry. Esse itinerário apresenta características da região e descreve caminhos da cidade de Cuiabá a Santana de Paranaíba. Ao analisarmos essa documentação possibilitou-nos destacar alguns locais habitados por fazendeiros e índios caiapós, assim como as atividades econômicas existentes na região. Na descrição de Barbosa há informações de fazendas próximas dos rios, como também a existência de criação de gado e de lavouras.

Conforme o itinerário de Cuiabá até Santana de Paranaíba, a primeira localidade na região do Piquiry eram terras de Joaquim Sant'Anna, próximas ao rio Itiquira. Sobre a fazenda, José do Espírito Santo Barbosa informou que existia uma canoa que servia de passagem no rio, mas isso não ocorria sempre pela ausência do fazendeiro e por causa dos ataques dos índios, mas também porque, no caminho mais 19 léguas localizava-se as terras de Manoel Ferreira Velho, na serra Santa Luzia. Sobre esta serra, Barbosa descreveu área onde assentava-se uma fazenda de gado, e nos caminhos percorridos até ali, havia terrenos pantanosos. Logo após essa fazenda, Barbosa descreveu duas aldeias de índios caiapó no rio Tauá, próximo do Destacamento do Piquiry. Em sua descrição em volta do referido destacamento havia alguns moradores, com habitações cobertas com capim. Destes dois fazendeiros trataremos no terceiro capítulo, quando analisaremos as fazendas e as relações de trabalho na região.

Outra fazenda referida de Antônio Theodoro de Carvalho, na qual criava gado vacum e cavalari. A fazenda ficava a 3 léguas do rio Piquiry e aproximadamente 5 léguas do rio Taquary, onde se encontrava a fazenda de Luiz Theodoro da Silva a caminho da barra do rio Coxim com o rio Taquary. Nesse ponto a região recebia fluxo de negociantes de Goiás em direção à cidade de Corumbá (BARBOSA, 1891, p. 18). A fazenda de Luiz Theodoro, localizada entre o ribeirão Pedro Gomes e rio Taquary, era voltada também para a criação de gado vacum e cavalari.

Próximo do rio Taquary, o autor faz menção local denominado Aldêa, onde se encontrava habitações de índios caiapós. Próximo a aldeia encontrava-se um senhor, ao qual Barbosa denominou como Chagas, que possuía algumas criações. Entendemos que deveria ser um pequeno proprietário de terras, como veremos também na descrição de uma moradora cujo nome não é citado, com três filhas, com uma pequena propriedade de terras de lavoura e de criações localizadas no córrego do Barro Preto com o rio Jaurú.

O itinerário de José Espírito Santo Barbosa tracejou caminhos com descrições de córregos, rios, riachos e cachoeiras, e apresentou informações das serras e regiões planas. Esse documento não descreve minuciosamente a quantidade de propriedades localizadas na região do Piquiry, como vimos não era muitas, mas Barbosa elencou povoados e aldeias indígenas vizinhas das grandes propriedades. Pela data da produção desse roteiro (1879), havia uma pequena população na região em relação ao povoamento incitado pelo Presidente da Província Estevão Ribeiro Rezende em 1840, que relatou que a população estava quase extinta.

A criação da freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde

Segundo a Memória apresentada no sexto Congresso de Geografia em Belo Horizonte por João Barbosa de Faria e publicada pela Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso em 1923, tais limites foram alterados com desrespeito a Província mato-grossense, e Goiás reivindicava posse da região ainda em 1832. Conforme assinala o Relatório do Presidente da Província de Goiás Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, datado de 1832:

Com a província de Matto Grosso servia-lhe de limites ao Poente o rio Grande, chamado Araguaya, mas posteriormente em virtude de um Auto de limites convencionado entre os governos de Goyaz e Matto Grosso ficou servindo de limites o Rio das Mortes desde sua origem em uma lagoa até a sua barra no Araguaya, como miudamente esclarecem os documentos (...): pelo sul foram alterados os limites pelo Alvará de 1816 que separando de Goyaz os julgados de Araxá e Desemboque e unindo-se à Comarca de Piracatu, e Província de Minas Geraes, ficou servindo de limites por este lado

o Rio Paranyba (...) cumpre-se agora expor a V. Ex. quaes são os limites ora subsistentes entre esta Província e as mais com que ella confina. (...) pelo Sul o mesmo Paranaíba até sua barra no Corumbá, e por este abaixo até onde já com o nome de Paraná recebe pelo lado direito o Rio Pardo em que sobem as canoas para Cuyabá, e Rio Pardo acima até o Rio Vermelho; este acima até a sua ultima origem continuando a divisão ao Poente, por uma Lomba, ou Chapadão dos Campos limpos até a cabeceira do Rio das Mortes e uma lagoa, e pelo Rio das Mortes até a sua barra no Rio Grande ou Araguaya até sua confluência no Tocantins (GOIÁS, 1832, p. 9-10).

A área reivindicada por Goiás correspondia às Freguesias de Santana do Paranaíba e do Piquiry. Já no ano de 1848 foram decretadas duas leis provinciais goianas que veio romper com Mato Grosso e estabelecer novos limites criando a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde. A lei nº 2 de 5 de agosto de 1848 solicitava um novo mapeamento topográfico da província. No segundo, criava a nova freguesia e estipulava seus limites, conforme a memória de João Barbosa de Faria:

Outra sob nº 6, datada daquele mesmo dia, creava a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde com os seguintes limites: rios Verde, Paranyba, Paraná até a foz do Rio Pardo; este até as suas cabeceiras, e uma recta, desde ponto às vertentes do rio Araguaya (Doc. n.). o que quer dizer que a freguezia creada abrangia a matogrossense de Sant'Anna do Paranyba! (FARIA, 1923, p. 10).

A publicação de leis que determinava os novos limites de Goiás teve a reação imediata por parte do governo mato-grossense. O Presidente da Província Joaquim José de Oliveira em seu Relatório apresentado à Assembleia legislativa mato-grossense em 3 de maio de 1849, deu destaque a mapas estatísticos informando as divisões eclesiástica, administrativa, judiciária e eleitoral de Mato Grosso. Além disso, fez constar as datas de criação das paróquias, municípios, comarcas e colégios de Mato Grosso (OLIVEIRA, 1849, p. 22). O Quadro nº 2 resume os argumentos do Presidente Joaquim José de Oliveira sobre a distribuição das vilas e paróquias no espaço mato-grossense:

Quadro nº 2. Municípios da Província de Mato Grosso em 1849.

COMARCAS	CRIAÇÕES	PARÓQUIAS
Cuiabá.....	Criada villa ao 1º de janeiro do 1827 pelo governador e capitão general de S. Paulo Rodrigo Cesar de Menezes. Elevada à categoria de cidade pela carta de lei de 17 de setembro de 1818. Declarada capital da província pela lei provincial n. 10 de 28 de agosto de 1825	Senhor Bom Jesus do Cuyabá, só Cathedral S. Gonçalo de Pedro II Nossa Senhora das Brotas Santo Antonio do rio Cuyabá Abaixo Nossa Senhora do Livramento Santa Anna da Chapada Santa Cruz do Piquiry.
Mato Grosso	Criada Villa pelo conselho Ultramarino de 5 de agosto de 1746. Elevada à categoria de cidade pela carta de lei de 17 de setembro de 1818	SS. Trindade de Mato Grosso

Diamantino	Criada Villa pelo alvará de 29 de novembro de 1820	N. C. do Alto Paraguay Diamantino N. Sra. Do Rosário do Rio Cuyabá Acima
Poconé	Criada Villa pelo decreto de 25 de outubro de 1831	N. Sra do Rosário do Poconé S. Luiz de Vila Maria N. Sra. Da Conceição de Albuquerque N. Sra. Do Carmo de Miranda Santa Anna do Parahyba

Figura 4: Reprodução do Mapa estatístico dos municípios de Mato Grosso. Fonte: Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Joaquim José de Oliveira (3 de maio de 1849) APMT

Pelo mapa estatístico apresentado no Quadro nº 2 Mato Grosso reafirmava seus municípios contrapondo a decisão da Província de Goiás. As freguesias do Piquiry e de Santana do Paranaíba mesmo localizadas na mesma região pertenciam a diferentes comarcas, Cuiabá e Poconé respectivamente. Outra informação bastante contundente neste Relatório é que as freguesias de Santana do Paranaíba foram criadas no ano de 1838 pelo governo mato-grossense, e não goiano. Com isso o Presidente Joaquim José de Oliveira procurou mostrar a ilegitimidade do governo goiano quanto ao interesse de apossar das referidas freguesias, alegando que elas já vinculava-se às comarcas de Mato Grosso, dispondo de paróquia e moradores quantificados nas estatísticas de eleitores. Mesmo assim o governo de Goiás requereu esse espaço parte correspondente a seus limites em 1848.

Outra resposta mato-grossense foi o ofício encaminhado pelo Presidente da Província Augusto de Leverger em 1851 à Assembleia do Império. Nesse Ofício Leverger acusava a lei goiana, de 5 de agosto de 1848, como ilegal, solicitando providências ao governo Imperial em relação aos limites entre as duas províncias. Em anexo a esse ofício do Presidente da Província de Mato Grosso Augusto de Leverger, encaminhou o documento que proferiu à Assembleia Provincial de Mato Grosso em 1851:

[...] Cumpre porém que esta Assembleia Vos informe para que julgueis com conhecimento de causa que além das razões que já conheceis, e que constituem o direito que ella em nome da província que representa, julga ter em todo território da Freguezia de Sant Anna do Parahyba accresce, que por toda a extensão della passa a estrada que vae desta para a Província de S. Paulo, e pela qual se exporta annualmente não pequena porção de gado vacum; para linha do correio à Corte; o que tudo concorre para que a Província muito se empenhe em conserval-a (FARIA, 1923, p. 12).

Em relação ao sertão de Coxim, cabe lembrar que a questão de limites entre as duas províncias desencadeou embates alcançando a legislatura imperial. Coxim já de um pequeno povoado formado na confluência dos rios Coxim e Taquary, cerca de 10 léguas do estabelecimento do Piquiry, aproximadamente uns 70 quilômetros. Conforme assinala Ferreira Penna em seu Relatório:

Note-se ainda que, com um ramal de nove a dez legoas, per se-há a mesma estrada em comunicação com a pequena povoação que disse estar-se formando na Cachoeira da Barra do Taquari, lugar onde podem os habitantes de Goyaz e do Sul de Minas vir aprisionar-se dos gêneros chamados molhados, trazidos pela navegação do Paraguay, os quais, vindo embarcados até a dita povoação, poderão seguir em carros para as referidas províncias. (PENNA, 1862, p. 89).

O Núcleo de Colonial do Taquary servia de entreposto comercial entre as províncias de Goiás e Mato Grosso, principalmente por ser banhado por vias fluviais próximas da referida estrada do Piquiry, principal via de transporte das mercadorias que circulavam de São Paulo à outras províncias.

A criação de núcleos urbanos era ao mesmo tempo uma forma de integração da Província com restante do país, ou mesmo do país com os países vizinhos, e também uma estratégia que envolvia criação de canais de comunicação. Era uma forma de estabelecer domínio sobre o espaço e viabilizar redes de comunicação (NOGUEIRA, 2008, p. 127), dessa forma incluiria as áreas povoadas ao trânsito dos viajantes e das boiadas que se deslocavam por esses caminhos.

Estes movimentos assumiram uma feição complexa, pois trouxe a troca de experiências, a cobiça concernente à aquisição de terras, a utilização da mão de obra do negro escravizado, a labuta do homem pobre e livre, a presença do agregado. No interior desses movimentos e apossamentos encontrava-se o nativo que a partir da interação com os entrantes foi os olhos, braços e pernas para abrir caminhos para o desenvolvimento do oeste.

Parte desses movimentos exigia planejamento e realização do poder público e privado, como recursos para obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção dos empreendimentos. Estes deslocamentos envolviam também operações administrativas como agrupamento de pessoas, instrução, treinamento e divisão de trabalho, organização de transporte, desmatamento ou derrubadas para abertura de clareira, construções de ranchos, reparações de instrumentos, desmatamento, manutenção e operação de instalações e acessórios destinados a segurança, entre tantas atividades.

Com o término da Guerra em 20 de junho de 1870 o território voltou a ser ocupada por moradores que procuravam campos e pastos. No ano de 1870, os debates acirravam-se com posicionamento contrário ao Parecer da comissão de estatística da Província de Mato Grosso. Nesse quadro, o governo goiano lançou, no ano de 1870, a última tentativa de se apossar do território. Com o decreto da lei nº 458 de 30 de setembro de 1870 da província de Goiás, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Coxim, cujos limites correspondiam aos

rios: Verdinho, Paranaíba, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquary, Caiapó Grande e Araguaia. A rejeição ao Decreto da Lei n. 458 de 30 de setembro 1870 foi imediata, por parte do governo mato-grossense, concretizada na elevação do núcleo de Coxim para condição de Freguesia São José de Herculânea, jurisdição da Vila de Corumbá, através da Lei Provincial nº 1 de 6 de novembro de 1872. A denominação Herculânea deveu-se a homenagem que fizeram Herculano Ferreira Pena, que foi presidente da província de Mato Grosso. (FERREIRA NETO, 2004, p. 102).

O governo da província de Goiás reiterava a posição de ocupar as terras pertencentes a Mato Grosso. As fronteiras se desenhavam na possibilidade de buscar o desenvolvimento econômico da Província. As intenções goianas de anexar o território correspondente à Coxim ficou evidente na Carta topográfica organizada pelo engenheiro Joaquim Jardim. A pedido do Ministério da Agricultura, comércio e obras públicas, a “Carta da Província de Goyaz” foi organizada em 1874 pelo Capitão de engenheiros Joaquim R. de M. Jardim, e encontra-se catalogada pela Fundação Biblioteca Nacional.

Na carta podemos verificar informações deixadas pelo engenheiro Joaquim Jardim, por exemplo, que a Carta foi executada para satisfazer as exigências do “Avizo Circular do Ministério d’Agricultura nº 4”, de 22 de dezembro de 1873. Os detalhes das informações são ricos, sobretudo quanto aos limites da Província de Goiás com as Províncias de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Mato Grosso. Na carta podemos observar a representação dos rios e seus afluentes, serras, cidades, vilas e arraiais. Um “Quadro Estatístico das Povoações da Província” também pode ser identificado.

Dois pontos importantes a ser apontados na Carta produzida por Joaquim Jardim. Primeiro a extensão territorial goiana, que ao sul aproxima seu território à Província de São Paulo. Aproveitando-se da navegabilidade comercial dos rios Taquary, Coxim e Pardo alcançam o Tietê, encurtando a longa distancia e busca superar o significado de atraso. Outro ponto é a existência da comarca do Rio Coxim, formado por duas vilas: Torres do Rio Bonito e Coxim. Sob a administração mato-grossense, Coxim, pertencia à comarca de Corumbá.

Quanto aos limites e descrições dos povoados através da identificação dos rios, na carta encontramos na parte sul, a localização dos povoados de Coxim e de Santana de Paranaíba, ambos pertencentes à província de Mato Grosso, conforme o quadro nº 2, Coxim que correspondia a Santa Cruz do Piquiry. Em contraponto aos interesses de Mato Grosso, o governo de Goiás exercia uma espécie de governo paralelo.

As intenções goianas demonstrava a necessidade do desenvolvimento comercial, nos discursos dos presidentes de província traçavam estratégias de abertura de vias de comunicação. O vice-presidente da província de Goiás João Bonifácio Gomes Siqueira em relatório à Assembleia Legislativa em 1964, afirmava que a “taboa de salvação d’esta decadente Província” era a navegação pelos rios Coxim, Tocantins e Araguaia (1864, p. 8). No mesmo relatório, Gomes Siqueira salienta a realidade do comércio na região, afirmando que era pouco desenvolvido, centrando na exportação de gêneros alimentícios e a importação do sal. Conforme assinala:

[...] até o presente este commercio é feito em pequena escala, porque o Coxim ainda não é um ponto verdadeiramente comercial; ali apenas existem alguns especuladores que só procurão tirar partido das vantagens que esse ponto offereceo, as quaes brevemente attrahirão verdadeiros negociantes, e então o commercio prosperará (*ibid.* p. 8).

No discurso de Gomes Siqueira, o desejo de desenvolvimento da região em benefício de Goiás era evidente. A vontade do governo goiano de controlar e investir nas atividades comerciais partia da crítica à realidade do comércio existente em Coxim e com a postura de incentivar comerciantes goianos a buscarem essa região para desenvolverem suas atividades.

O surgimento de São José de Herculânea (Coxim)

Outro empreendimento de ocupação da região de Coxim deu-se graças à iniciativa do Presidente da Província de Mato Grosso Herculano Ferreira Penna que pela Resolução nº 9 de 25 de novembro de 1862, criou o “Núcleo Colonial de Taquary” junto ao antigo local que teria sido o Arraial de Belliogo. Assim surgiu Herculânea (mais tarde Coxim), à margem

direita do rio Taquary. Com a criação desse núcleo, o governo mato-grossense solicitou o estabelecimento desse povoado, e no ano de 1863 os capitães Joaquim Gama Lobo D’Eça e Antonio Maria Coelho foram incumbidos do empreendimento. Foram responsáveis em abrir um caminho capaz de ligar aquele povoado à estrada de Goiás, além de reconhecer a navegabilidade do rio Taquary. Logo o governo Goiano se interessou por essas terras e determinou a abertura de um caminho que pudesse ligar essa região com Goiás.

O primeiro porto que actualmente possui a província jaz a 220 léguas de distancia da Capital. Pelas explorações que amdeis proceder cheguei ao conhecimento de que daqui ao Coxim, tomando-se uma nova e mais conveniente direcção, há apenas a distancia de 80 léguas; resulta, portanto, na comparação desta com a antiga, uma vantagem de 140 léguas, encurtadas (FARIA, 1923, p. 46-47).

A intenção do governo goiano registrada em relatórios oficiais era estabelecer uma estrada de comunicação. Estes relatórios vinham recheados de reclamações contra a Província de Mato Grosso. Constam acusações de que os dirigentes da Província de Mato Grosso teriam mandado invadir terras goianas, e, sobretudo, reivindicações quanto ao direito a posses dessas terras. No relatório apresentado à Assembleia provincial datado de 1863, o presidente goiano José Vieira Couto Magalhães elucidou o desejo de desenvolver a Província, mas era necessário abrir vias de comunicação e, sobretudo delimitar seus limites rumo ao sul, ou seja, em terras mato-grossenses, conforme assinala:

Ter boas vias de comunicação eis o meio de ter rendas, de fazer prosperar esta província, eis a única cousa que, como as varas desses antigos mágicos do Egipto, podem converter em florentes cidades essas matas sombrias, que cobrem nossa terra; em núcleos de população rica industriosa e feliz essas campinas e paramos, que por ahi se estendem quase que banhando as plantas no rio Prata e encostando a frente no Amazonas. Mas serão possíveis essas comunicações? Perguntareis-vos. Eu respondo – sim. Quaes são ellas? Eu direi: Cochim, Araguaia e Tocantins. Quando? Quando vos e eu quizermos sinceramente (MAGALHÃES, 1863).

Em relatório oficial (1863), o governador goiano convidava deputados a lutarem frente à expressiva bancada mato-grossense na Assembleia do Império. No referido ofício (1863) enviado ao Ministro do Império Marquês de Olinda, o presidente Couto Magalhães afirmava que a única possibilidade de desenvolver o mercado goiano com o restante do Império, sobretudo com o sul, era Coxim. Tudo isso só teria sucesso com a construção da via de comunicação aproximando os municípios goianos com o mercado da capital do Império. Conforme a memória João Barbosa Faria:

Além das terras que já nos levarão, querem também agora, os de Mato Grosso apossar-se do Coxim, termo final da nova comunicação que estou

abrindo com aquella Província, a minha única esperança de introduzir nas finanças de Goyaz alguma ordem, por que esse lugar tem de ser em muito pouco tempo a chave de toda a importação e exportação dos municípios que demoram ao sul desta Capital. Digo que se querem apossar, porque as notícias que tenho, apesar de não serem officiaes, são com tudo fidedignas; por ellas vejo que o lugar já se acha occupado por um destacamento de linha (1923, p. 49).

O Núcleo Colonial do Taquary, estabelecido na barra do rio Coxim com o rio Taquary, posteriormente se tornou São José de Herculânea. Havia certa impaciência quanto a necessidade de solucionar com maior rapidez a questão de limites entre as duas províncias. O governo de Goiás tinha expectativa otimista, como se verifica na “Memória” de João Barbosa Faria:

Veja V. Exc. Senão é realmente desesperador esse estado de cousas. Eu a tratar com sacrificios immensos da Província e dos fazendeiros de abrir para Matto Grosso esta comunicação que trará a ella o abastecimento de generos indispensáveis à vida; e elles a tratarem de apossar-se pela força dessas terras, nas quaes não tem outro direito além do da força. (*Ibidem*, p. 49).

Desde 1830, o governo de Mato Grosso já havia aberto estradas carroçáveis na região de Coxim como também já havia estabelecido a posse e a exploração de núcleos de povoamento. Goiás vendo-se prejudicado pela distância em relação à capital do Império e pelas dificuldades em se desenvolver economicamente passou a reivindicar energicamente a posse de terras localizadas no sul de Mato Grosso. Ter o domínio dessas terras garantiria a posse de escravizados e de moradores. Se por um lado Goiás desejava estender território no sul até o rio Coxim, garantindo a navegação no rio Taquary, por outro lado, Mato Grosso não negava acesso do comércio goiano pelo rio, contudo era contrário a intenção do presidente da Província de Goiás de se apossar do referido território. A contenda entre as duas províncias se agravou quando foram enviadas tropas armadas por parte do governo mato-grossense para Coxim em 1864. Liderados por Antonio Maria Coelho, diretor do núcleo, as tropas chegaram à região para efetivar a posse mato-grossense. Conforme a “Memória” João Barbosa de Faria, na determinação do presidente Albino de Carvalho constava o seguinte:

À vista da participação que recebi do Capitão Maria Coelho, commandante da força estacionada em S. Lourenço, da qual envio a V. S. uma segunda via que me devolverá, tenho resolvido fazer avançar este official com 250 praças tiradas das que se acham sob seu commando, para occupar o ponto do Coxim, onde ficará em quanto se não determinar outra cousa, e neste sentido dará V. S. as convenientes ordens e providências. Ali permanecerá este destacamento, como vanguarda de nossas forças de operações, e o referido Capitão Antonio Maria exercerá igualmente o cargo de Director do Núcleo colonial, lugar que já occupou e do qual tem pleno conhecimento, quer para o restabelecimento da colônia, quer para oppor embaraços às pretensões de Goyaz (1923, p. 52-53)

Com a ocupação armada feita Maria Coelho restabelecia-se a posse mato-grossense sobre o território. Entretanto o embate partiu para Assembleia Geral dos Deputados. Em 17 de maio de 1864, às vésperas do Conflito Platino, iniciada em 11 de novembro de 1864, o deputado por Goiás Pádua Fleury apresentou projeto de limites entre Goiás e Mato Grosso, conforme consta na “Memória” de João Barbosa Faria:

Art. 1. – a divisa entre a Província de Goyaz e a de Mato Grosso fica estabelecida pelo rio das Mortes e por uma linha tirada de suas cabeceiras até as do Taquary; por este, Coxim e Camapuan até o varadouro de légua e três quartos que tem o mesmo nome, e, finalmente pelo rio pardo, desde suas cabeceiras ahi até sua confluência no rio Grande ou Paraná. Art. 2. – Ficão revogadas disposições em contrário. (1923, p. 54-55).

Neste sentido a ocupação da região, não se justificava apenas em buscar uma via favorável aos propósitos goianos de aproximar-se de São Paulo, pois os limites estabelecidos cobriam uma área já ocupada e com retornos rentáveis a Mato Grosso, conforme assinala Rego:

[...] não seria menos patente a iniquidade de tomar-se para limite das duas capitanias [províncias] a linha do Taquary ao rio Pardo com o Coxim de permeio, aberta no interesse de Matto Grosso – pois era o caminho dos que se dirigiam para as suas minas – e passar por Goyaz nada menos do que metade do que chamou-se “distrito da Camapuania”, em que só pelo interesse das comunicações de São Paulo com Matto Grosso, houve habitações, agricultura e criação de gado em larga escala (1891, p. 32-33).

Em síntese, o interesse de Goiás voltado inicialmente para Santana de Paranaíba deslocou-se para a região que compreendia o sertão de Coxim. Com isso toda a produção econômica que era de grande monta para Mato Grosso, desde o período aurífero (1718-1830), passaria a pertencer à província goiana.

A proposta de criação da Freguesia Nossa Senhora das Dores do Coxim foi aprovado e determinado que se enviasse uma comissão estatística a região de Coxim. Dois dias após o Decreto 1863 Criava-se o colégio eleitoral de Santana do Paranaíba, provocando grande embaraço entre os representantes das duas Províncias.

Os debates calorosos prosseguiram durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) mesmo com a devastação do sul de Mato Grosso, principalmente do território de Coxim. Com o término da Guerra em 20 de junho de 1870 a região voltou a ser ocupada por moradores que procuravam campos e pastos.

No ano de 1870, os debates acirravam-se com posicionamento contrário ao Parecer da comissão de estatística da Província de Mato Grosso. Nesse quadro, o governo goiano lançou,

no ano de 1870, a última tentativa de se apossar do território. Com o decreto da lei nº 458 de 30 de setembro de 1870 da província de Goiás, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Coxim, cujos limites correspondiam aos rios: Verdinho, Paranaíba, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquary, Caiapó Grande e Araguaia.

A rejeição ao Decreto da Lei n. 458 de 30 de setembro 1870 foi imediata, por parte do governo mato-grossense, concretizada na elevação do núcleo de Coxim para condição de Freguesia São José de Herculânea, jurisdição da Vila de Corumbá, através da Lei Provincial nº 1 de 6 de novembro de 1872.

Coxim obteve repentino desenvolvimento econômico, ensejando a criação do distrito judiciário de São José de Herculânea, subordinada a Corumbá. A denominação Herculânea deveu-se a homenagem que fizeram Herculano Ferreira Pena, antigo presidente de província, interessado no desenvolvimento da região sul do antigo Mato Grosso.

Referências Bibliográficas

Fontes Documentais

- Discurso do Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno na primeira sessão da segunda legislatura da Assembleia Provincial (01 de março de 1838) APMT.
- Lei Provincial N 4 de 19 de abril de 1838. Assembleia Legislativa de Mato Grosso/Secretaria de serviços legislativos. Disponível: <http://www.al.mt.gov.br/TNX/viewLegislacao.php?cod=430>. Acesso em 10 de novembro de 2014.
- Lei Provincial N 7 de 12 de agosto de 1835. Assembleia Legislativa de Mato Grosso/Secretaria de serviços legislativos. Disponível: <http://www.al.mt.gov.br/TNX/viewLegislacao.php?cod=430>. Acesso em 10 de novembro de 2014.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno (30 de novembro de 1836) APMT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno (01 de março de 1837) APMT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Estevão Ribeiro Rezende (1º de março de 1840) APMT. - Relatório do Presidente da província de Mato Grosso Herculano Ferreira Penna (3 de maio de 1862) APMT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Joaquim José de Oliveira (3 de maio de 1849) APMT
- Relatório apresentado á Assembleia Legislativa de Goyaz pelo Presidente da Provincia, o Ex.mo Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, no dia 1.o de junho de 1863. Goyaz, Typ. Provincial, 1863.

Roteiros, crônicas e obras memorialísticas

A bandeira de Joaquim Francisco Lopes - 1829. In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. III. São Paulo, Tip. Do Globo, 1943. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub00038a.pdf>. Acessado dia 26 de julho de 2009.

BARBOSA, José do Espírito Santo. Roteiro da Estrada Chamada do Piquiri. In: *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Tomo VII, 1º Boletim. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger e Filhos, 1891.

CAMPESTRINI, Hidelbrando. *Santana do Paranaíba: dos caiapós à atualidade*. Paranaíba: Prefeitura Municipal de Paranaíba, 1994

CAMPESTRINI, Hildebrado e GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Academia sul Mato-Grossense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991.

FARIA, João Barbosa de. *Memória do sexto Congresso de Geografia em Belo Horizonte*, Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. 1923. Ano IV, Tomo IX-X.

FERREIRA NETO, João. *Raízes de Coxim*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2004.

REGO, General F. Raphael de Mello. *Limites de Goyaz com Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

SILVEIRA, Ronan Garcia. *História de Coxim*. Campo Grande: Ruy Barbosa, 1995.

Bibliografia

CAMARGO, Isabel de Camilo. *O sertão de Paranaíba: Um perfil da sociedade Pastoril-escravista no sul do antigo mato Grosso (1830-1888)*. Dourados; 2010. (Dissertação de Mestrado)

ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I

MAZZA, Maria Cristina Medeiros. et al. *Etnobiologia e Conservação do Bovino Pantaneiro*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Corumbá: 1994

NOGUEIRA, Carlo Eugenio. *Nos sertões do poente: conquista e colonização do Brasil Central*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28112008-172056/>>. Acesso em: 2014-11-11.

SODRÊ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).